

Brasil: Cidadania e Memória no Tempo Presente (1945-2005)

Marcus Dezemone (PPGH/UFF) – marcus_dezemone@yahoo.com.br

Luigi Bonafé (PPGH/UFF) – luigi@infolink.com.br

Christiano Britto (TEMPO/UFRJ) – chrisbrt03@yahoo.com.br

Este trabalho é uma breve exposição de dois dos eixos de reflexão desenvolvidos no curso “Brasil: Cidadania e Memória no Tempo Presente (1945-2005)”, apresentado no XXIII Simpósio Nacional da ANPUH em julho de 2005, na cidade de Londrina – PR.¹ O primeiro eixo trata das discussões referentes ao Tempo Presente no Brasil. O segundo é uma nota bibliográfica com referências que contribuem na proposta de articular cidadania e memória social para se pensar conflitos no país.

O Brasil e o Tempo Presente

O conceito de Tempo Presente tem sua origem na historiografia francesa de meados do século XX. Ele remete à tentativa de historiadores de refletirem sobre recortes cronológicos antes relegados exclusivamente a sociólogos, jornalistas, geógrafos, economistas e outros cientistas sociais. A pretensão à imparcialidade do historiador era considerada um obstáculo ao estudo de períodos recentes da história, e o objeto dessa disciplina seria o passado mais distante e não o tempo mais imediato.² O Tempo Presente surge, assim, como um conceito dedicado à difícil mas necessária tarefa de discutir a relevância e a especificidade de temas contemporâneos através do olhar do historiador.

A proposta defendida para se pensar a história do Brasil no Tempo Presente elege 1945 como um marco, pois trata-se do momento coincidente do término da II Guerra Mundial (1939-1945) e do fim do Estado Novo (1937-1945). A correlação de forças estabelecida entre 1945 e 1950, tanto no plano internacional quanto no nacional, é fundamental para entender os processos históricos dos cinquenta anos seguintes. Dessa perspectiva, o que está em jogo é que as questões internacionais não formam uma realidade isolada sem interferência no país. Mas, por outro lado, não se deve cometer o equívoco de considerar que tudo aquilo que acontece no Brasil é determinado

exclusivamente por motivações externas. É preciso entender como se vinculam e como se separam as questões e interesses internacionais e os debates e projetos internos.

Em linhas gerais, no plano internacional, a II Guerra Mundial opôs a aliança do capitalismo liberal e do socialismo soviético contra os regimes nazi-fascistas de Alemanha, Itália e Japão. Os principais Estados vencedores deste conflito (Estados Unidos, França, Inglaterra, União Soviética, substituída pela Rússia, e China – Taiwan até a década de 1970) são até hoje os únicos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O Conselho de Segurança tem um papel central nas decisões da ONU pois somente estes cinco países possuem poder de veto sobre deliberações fundamentais, como as decisões sobre intervenções militares e sanções aplicadas aos países membros.

Outras instituições internacionais influentes, além da própria ONU, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, assim como as novas regras do capitalismo mundial, foram delineadas no fim da guerra. Além disso, os embates internacionais nos anos seguintes estavam centrados no confronto político-ideológico direto e nos conflitos abertos indiretos da Guerra Fria entre as duas superpotências: Estados Unidos e URSS. Os primeiros diziam defender a "democracia" liberal da "ditadura" comunista, do "perigo vermelho", enquanto a segunda criticava o "imperialismo capitalista", principal oponente na luta por uma sociedade sem classes sob o socialismo. Os ecos desse estado de coisas ressoariam com forte influência em nosso país até a desagregação da URSS em 1991, quando o panorama das relações internacionais se altera profundamente.

No plano interno, o fim do regime ditatorial do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas (1883-1954), estava vinculado às reivindicações de setores da sociedade por democracia, liberdade para os partidos políticos e uma nova constituição. Muito mais do que simplesmente votar para presidente, neste momento buscava-se na participação política a garantia do cumprimento de direitos e liberdades civis, suprimidas no regime de exceção.

É preciso deixar claro que o Estado Novo não foi somente marcado por perdas de direitos, mas foi o período de grandes conquistas na esfera dos direitos sociais reunidos na

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Com isso, a figura de Vargas teria ainda muita força mesmo após sua saída do poder, tanto que em 1951, sob um regime democrático, ele volta à presidência, no dizer da época, nos "braços do povo". Seu espectro vai rondar a política brasileira com muita força não somente no período imediato à sua morte. O golpe civil-militar de 1964 tinha como uma de suas justificativas afastar seu legado político e, ainda hoje, o discurso que tenta legitimar o conjunto de reformas do Estado realizadas nos 8 anos de governo Fernando Henrique Cardoso propala o fim da Era Vargas. Vale ressaltar como o atual governo, liderado por um ex-dirigente sindical, tem evitado iniciar reformas na CLT, embora destaque a necessidade de fazê-las desde o primeiro ano do mandato. Ao mesmo tempo, a administração Lula concentra seus esforços internacionais na construção de alianças para a reforma do sistema ONU, pleiteando para o Brasil uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança.

Seja para reformá-la ou conservá-la, a herança que remonta a 1945 encontra-se na pauta da política interna e externa brasileira nos dias de hoje. São estes os extremos cronológicos tratados no curso, associando os acontecimentos internacionais e nacionais de 1945 até 2005.

Cidadania e Memória Social

Um segundo aspecto que permeou todo o curso foi discutir os vários momentos em que grupos da sociedade brasileira manifestaram tanto sua insatisfação quanto seu apoio à elaboração e defesa de projetos políticos. A construção de noções de direitos para o exercício da cidadania no Brasil pós-1945 tem sido objeto de inúmeras reflexões no campo das ciências humanas. Muitos trabalhos destacaram as mobilizações políticas e conflitos sociais. Menos usuais, contudo, foram as análises que articularam estes processos à produção da memória social, destacando as tensões e disputas pelas representações e apropriações dos processos históricos. Pretende-se nessa seção apresentar algumas das referências discutidas no curso que auxiliam nessa tarefa.

A inspiração na renovação dos estudos da História Política, promovida pelo intercâmbio com conceitos e categorias da História Cultural, é de grande valia na reflexão

sobre os movimentos sociais e novas abordagens sobre *cidadania* e grupos sociais.³ Desse modo, priorizam-se as relações de sociabilidade e poder conformadas entre atores, para entender como noções de direitos são elaboradas e superadas. A abordagem se aproximou, portanto, para além da História, da Ciência Política e da Sociologia e, em especial, da Antropologia.

As questões relativas aos direitos têm um referencial fundamental em Thomas Humprey Marshall, no estudo da *cidadania* e das três dimensões que a compõem: os *direitos civis, políticos e sociais*.⁴ No Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos propôs a noção de “cidadania regulada” para compreender o papel e a presença do Estado.⁵ Enfatizando ainda o ente estatal, José Murilo de Carvalho chega a cunhar o termo *estadania*.⁶ Relativizando um pouco noções como esta, Angela de Castro Gomes, analisando a emissão do discurso oficial do Estado Novo, procura compreender o processo de trocas simbólicas efetuado entre governo e classe trabalhadora. A emissão/produção do discurso trabalhista é finamente analisada pela autora a partir das transmissões radiofônicas semanais no programa oficial *Hora do Brasil*. De 1942 até 1945, o ministro Alexandre Marcondes Filho empenhava-se em apresentar os feitos do governo e sua política social, associando-os diretamente à figura do presidente Vargas. Em linguagem coloquial e direta, estava voltado para as massas trabalhadoras.⁷ A partir dessa referência, trabalhos como o de Jorge Ferreira têm efetuado contundentes críticas ao conceito de “populismo”, tão largamente utilizado por inúmeros cientistas sociais. As críticas iniciais concentram-se, para além da abrangência do conceito, no questionamento da relação de manipulação pura e simples das massas pelo líder carismático na cidade, o que atribuíra uma excessiva passividade aos segmentos populares.⁸

A discussão sobre memória não se reduziu a resgates unilaterais — a “memória do povo” ou seu oposto, a “memória da elite” —, mas centrou-se na compreensão de como fatos políticos e culturais afetaram diferentes segmentos da sociedade, ressaltando as tensões e disputas pelas representações e apropriações dos processos históricos. Nesse ponto, as fontes inéditas arroladas pela pesquisa foram utilizadas juntamente com as fontes publicadas. Frisa-se, em concordância com Michael Pollak, que a *memória* é antes de mais

nada um fenômeno individual, mas submetido a construções coletivas. Defende-se aqui a composição da memória por pontos variáveis e pontos invariáveis, que seriam solidificados nessas construções coletivas. Os elementos que constituem a memória seriam aqueles vividos pessoalmente (conhecidos diretamente) e aqueles vividos por tabela (conhecidos indiretamente).⁹

Com relação às interpretações clássicas sobre os movimentos sociais no Brasil, vale destacar que elas focalizam, de um modo geral, as “grandes mobilizações”, os conflitos mais abertos, no sentido de um caráter nacional, que teriam por objetivo alterar por completo o estado de coisas vigentes, substituindo os poderes constituídos. Elas deixariam de lado, numa posição secundária, ou até mesmo ignorada em absoluto, as formas de mobilização e atuação mais comuns: aquelas que autores como James Scott chamam de “formas de resistência cotidiana”.¹⁰ Além destas, as formas de sociabilidade agonística – isto é, as relações de parentesco, compadrio e amizade ou as práticas de lazer que, por serem naturalizadas pelos envolvidos, não são percebidas como condições para as mobilizações e a participação política dos agentes –, produzem efeitos relevantes, observáveis nas lutas.¹¹

São estas as noções incorporadas para discutir as questões referentes à cidadania. Os conflitos foram pensados inspirados na noção de “economia moral” proposta inicialmente por Edward Palmer Thompson.¹² Nessa linha, autores como Scott passaram a destacar as formas de percepção dos próprios atores e grupos subordinados sobre as disputas nas quais estes estavam envolvidos, em oposição aos termos e parâmetros dos grupos dominantes, que minimizavam e desqualificavam as variadas formas de resistência, sendo esta ótica “dos mais poderosos”, na maior parte das vezes, reproduzida nas análises historiográficas. Nesse caminho, os *conflitos* são abordados numa trajetória que inclui a desmobilização tanto quanto a mobilização.¹³ No dizer de Moacir Palmeira, “o estudo dos conflitos em períodos de desmobilização é fundamental para entender o aparecimento ou desaparecimento de conflitos mais abertos”, além de propor um recorte dos fatos alternativo àquele comumente escolhido, pois, em muitas vezes, os recortes tradicionais das grandes explosões e movimentos contemplados nas análises clássicas “não é outro que não o dos

interessados em esconder a existência de conflitos e tensões de longa data”.¹⁴ Esse autor, em outro trabalho, e em parceria com Marcio Goldman, estuda os momentos que antecedem e que precedem eventos como campanhas eleitorais e as eleições. Eles identificam claramente um *tempo da política*, que tem como particularidade uma temporalidade específica, própria de um ritual, complementada e ganhadora de sentidos que devem ser buscados entre suas especificidades.¹⁵

¹ O curso é fruto do entrelaçamento dos resultados de pesquisas individuais desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação, articuladas num projeto coletivo do TEMPO/ UFRJ, chamado “Brasil: Tempo Presente”. Entre os produtos finais, além de trabalhos, mini-cursos apresentados em eventos e artigos publicados, encontra-se, no prelo, o material de um livro voltado para estudantes e professores das redes particular e pública do Ensino Médio, alunos dos cursos de graduação e profissionais de outras áreas do conhecimento.

² Ver, entre outros, a obra organizada por CHAVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. *Questões para a História do Presente*. Bauru: EDUSC, 1999; os artigos de René Remond, “Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução”, e François Bédarida, “Tempo Presente e presença da história”, na obra organizada por FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. E, por fim, o Dossiê Tempo Presente, organizado por Daniel Aarão Reis Filho, *Tempo*, nº 16, de julho de 2004.

³ Sobretudo, às questões sobre os direitos sociais e a memória de Vargas. Para a História Política, por todos, RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj; FGV, 1996. Sobre a reflexão da História Cultural diante de camponeses no Antigo Regime: DARNTON, Robert. “Apresentação” e “Histórias que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso.” In: _____. *O grande massacre de gatos. E outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XIII-XVIII e 21-101. Penso em categorias como *apropriação*. Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Outra referência na reflexão sobre apropriação, contudo, aos processos de leitura, é CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras”. In: _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

⁴ MARSHALL, Thomas Humprey. “Cidadania e Classe Social”. In: _____. *Cidadania, classe Social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-114. Ver ainda para uma reflexão no Brasil, CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Uma visão distinta e crítica a Marshall e à rigidez de certos modelos teóricos pode ser encontrada em DAMATTA, Roberto. “Espaço: Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil” e “Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional”. In: _____. *A Casa e a Rua*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. p. 33-70 e 71-102.

⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. “Introdução: mapa da viagem” In: _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 7-13.

⁷ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. Em especial ver o Capítulo VI, “A Invenção do Trabalho”.

⁸ GOMES, Angela de Castro. “O Populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, vol. 1, nº 2, dez. 1996; republicado na coletânea organizada por Jorge Ferreira, que se aprofunda nas críticas: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Para uma visão que compartilha de parte dessas críticas, mas discorda da posição assumida especialmente por Ferreira, ver MATTOS, Marcelo Badaró et al. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

⁹ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, vol 5, nº 10, p. 200-212, 1992. Para diferentes perspectivas sobre memória ver *Mémoires Collectives* [1950], estudo pioneiro de Maurice Halbwachs um iniciador nessa linha de reflexão. HALLBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968; e, do mesmo autor: *Les cadres sociaux de la mémoire*. La Haye: Mouton, 1976. Outra referência fundamental é Pierre Nora e a noção de “lugares de memória”: NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, p. 7-28, 1987 (em especial p. 24-26). Já o historiador Jacques Le Goff chama a atenção para o fato de “a memória é um instrumento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades”. Ver LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, s/d. p. 423-483, p. 476-477. Para o conceito de “memória dividida”, ver PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.103-130.

¹⁰ SCOTT, James. “Everyday forms of peasant resistance”. *Journal of peasant studies*, vol. 13, n. 2, jan. 1986, p. 5-35.

¹¹ COMMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta: sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. É nessa linha que se inserem trabalhos como o de MARCUS, George E. *The sentimental citizen: emotion in democratic politics*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002. A análise comparativa com outros casos em países europeus pode fornecer elementos para melhor pensar o caso brasileiro. Nessa linha, ver: PUTNAM, Robert D. *Making democracy work: civic traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993; e BRUBAKER, Rogers. *Citizenship and nationhood in France and Germany*. Harvard: Harvard University Press, 1994.

¹² No estudo dos motins da multidão inglesa do século XVIII, segundo o autor, a “multidão” reivindica “preços justos”, numa lógica contrária à implementação da nascente concepção liberal como instrumento regulador de preços baseada nas “leis de mercado”. Ver THOMPSON, Edward. “A Economia Moral da multidão Inglesa do século XVIII”. In: _____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 150-202. Em artigo posterior, Thompson comenta algumas das críticas formuladas contra seu conceito, além dos estudos influenciados e desenvolvidos a partir do seu ensaio original, entre eles, o livro de Scott. Cf. THOMPSON, Edward. “A Economia Moral revisitada”. In: _____, *op. cit.*, 1998, p. 203-266. O livro é SCOTT, James. *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in South-east Asia*. New haven: 1976.

¹³ Por exemplo, a atuação de setores da classe trabalhadora durante o chamado milagre econômico brasileiro e no “novo sindicalismo”. Ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos*. Rio de Janeiro:

¹⁴ A investigação de Palmeira refere-se à zona da mata pernambucana no período que vai do golpe de 1964 até os anos 1970: PALMEIRA, Moacir. “Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na Agro-Indústria Pernambucana.” *Revista de Cultura e Política*, CEDEC, vol. 1, p. 41-55, ago. 1979. p. 41.

¹⁵ PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.